

A INFLUÊNCIA DA MUNICIPALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA ESCOLHA DOS GESTORES DAS ESCOLAS MUNICIPALIZADAS DE IMPERATRIZ-MA

Autora: Janaina de Araujo Pimenta

Coautora: Islani de Oliveira Silva

Coautora: Roseane Sousa Rodrigues

Orientador: Francisco de Assis Carvalho de Almada

Universidade Estadual do Maranhão

Resumo

O presente artigo é resultado de um trabalho de conclusão de curso e tem por finalidade refletir sobre a influência da Municipalização da Educação na escolha dos gestores das escolas Municipalizadas de Imperatriz-MA. O tema proposto faz referência aos entraves e perspectivas da Municipalização como política pública no contexto educacional, com ênfase na gestão escolar.

A descentralização do poder, a autonomia e a gestão democrática do ensino público, desde 1988 são alicerces que sustentam a atuação do Município. Nessa perspectiva a municipalização da educação caracteriza-se por um processo político-administrativo, que visa à transferência de responsabilidades das instâncias federal e estadual, para a municipal, visando que o mesmo diagnostique, tome decisões e gere respostas aos seus problemas (BOTH, 1997).

A mesma abrange um leque de fatores como saúde, meio ambiente, assistência social e o ensino, que neste caso, é o conjunto de ações de ensino-aprendizagem que, em interação com outras áreas sociais, possibilita aos educandos condições de mudanças de comportamento. Nesse sentido o artigo 11 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, rege que os municípios incumbir-se-ão de:

Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Como dispõe a lei, o ensino fundamental antes ofertado pelos Estados, passou a ser responsabilidade

dos Municípios, no entanto muitos eram desprovidos de condições administrativo-financeira para cumprir suas atribuições. O Município de Imperatriz – MA é um exemplo. Sem estrutura para atender a legislação, realizou ações voltadas apenas para o recebimento dos alunos, sem considerar práticas legais, pedagógicas/sociais pautadas por princípios éticos, autônomos e participativos, que proporcionassem a oferta de ensino de qualidade. Uma dessas ações diz respeito à escolha dos gestores escolares das escolas Municipalizadas. Diante dessa realidade houve o anseio de pesquisar: Qual a influência da Municipalização da Educação na escolha dos gestores das escolas Municipalizadas de Imperatriz-MA.

Essa temática ganhou grande atenção na sociedade, pois ninguém discorda da importância da gestão no ambiente escolar. No entanto, eleger uma gestão que não corresponda aos interesses da escola e da comunidade, tomando como base legal a Municipalização, pode-se chegar a resultados negativos, prejudicando o todo escolar.

Desta forma, a pesquisa proporcionou analisar como a municipalização do ensino, influenciou a escolha dos gestores de duas escolas municipalizadas de Imperatriz–MA, tendo em vista, sua trajetória na busca de condições administrativas para a educação local. Além, também, de ter investigado como aconteceu à escolha dos gestores escolares, e como a sociedade escolar reagiu diante desse processo.

Esta pesquisa é significativa, por tratar de um tema indispensável na formação do pedagogo, levando em especial consideração sua politização em prol da sociedade, e também pela pouca realização de pesquisa nesta área na cidade. Percorrendo as bibliotecas das faculdades e universidades, são poucos os trabalhos ali depositados. Então se torna urgente um trabalho que trate dessa temática, tão necessária e quase ignorada pelos pesquisadores.

A fim de melhor atender aos objetivos propostos, realizamos um estudo descritivo e exploratório, de abordagem qualitativa, uma vez que esta possibilita maior aproximação com o cotidiano e as experiências vividas pelos próprios sujeitos (MINAYO, 1993).

A pesquisa ocorreu em duas escolas Municipais da periferia do Município de Imperatriz-MA, localizadas no Bairro Vila Lobão e Vila Redenção e na secretaria Municipal de Educação (SEMED). Foram informantes da pesquisa: secretário de educação municipal, advogado da Secretaria de Educação Municipal (SEMED), 01 gestor e 02 professores de cada escola, a coordenadora da associação de gestores e 01 pai de aluno de cada escola. Participaram também pessoas que fizeram parte da discussão e elaboração da lei especial da municipalização. A opção por estes sujeitos está ligada diretamente aos próprios objetivos e,

também, por serem os sujeitos mais significativos na percepção da realidade pesquisada.

A técnica utilizada foi à entrevista semi-estruturada. A coleta de dados deu-se em três etapas: levantamento documental - Lei ordinária de nº 1.139/2005, que rege sobre a escolha dos gestores das escolas Municipalizada, Filantrópicas e Conveniadas. Mapeamento das escolas municipalizadas de Imperatriz-MA, para verificar em qual bairro seria realizado a pesquisa e entrevista com os informantes. Foram utilizados, gravadores, filmadoras e um roteiro de entrevista, a fim de facilitar a análise dos dados coletadas que começou desde o início da pesquisa. Os materiais foram estudados e analisados a partir do referencial teórico metodológico adotado.

Com base na análise dos dados de campo, constatou-se que o Município de Imperatriz, iniciou o processo de Municipalização do ensino ainda em 1994 e teve um longo tempo de discussões e desafios, visto a falta de colaboração do Estado. Segundo a Secretária Municipal de Educação (SEMED), por não ter condições de construir prédios, alugou casas nos bairros para funcionarem como escolas e foram denominadas “municipalizadas”.

Foi possível constatar também que, a escolha dos gestores nessas escolas é realizada através de indicação política. Para a maioria dos entrevistados, essa não é a melhor forma de escolha, pois estabelece vínculos de interesse político. Essa prática foi legalizada pela Lei Ordinária Municipal de nº 1.139/2005 que rege em seu artigo 5º que os gestores das escolas municipalizadas, conveniadas e filantrópicas serão indicados e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal. Essa mesma lei rege no artigo 1º que os gestores das escolas municipais serão eleitos por voto direto e secreto da comunidade escolar constituída pelos professores, técnicos, servidores, alunos maiores de 15 anos, pais de alunos ou responsáveis legais, para mandato de 02 (dois) anos cujo processo eleitoral e posse serão regulamentados pelo Conselho Municipal de Educação (CME). Percebe-se, portanto, que o Município estabeleceu formas diferenciadas de escolha dos gestores nas escolas municipais e municipalizadas. É importante ressaltar que a legislação não faz diferenciação entre essas modalidades de escolas. Para a mesma, ambas são municipais, pois estão sobre a responsabilidade do Município.

Os poderes executivo e legislativo municipal, amparados pela Municipalização que proporcionou criarem suas próprias leis e organizarem seu sistema de ensino, agem de forma imoral, pois sabem que ao indicar uma pessoa para dirigir uma escola, automaticamente terá o poder de persuasão na tomada de decisão na mesma e na comunidade, atendendo assim, interesses políticos e não o que de fato a escola e comunidade precisam. Isso mostra que nem sempre as políticas públicas atuam para o

desenvolvimento da sociedade e sim para atender interesses de uma minoria dominante.

A pesquisa aponta que os professores foram categóricos ao responderem que preferem a escolha dos gestores, através de eleição direta. Como se vê, e no entender dos especialistas da educação, a escolha do diretor por eleições livres e diretas, é a melhor maneira política que temos na atualidade, pois promove a participação ativa, consciente e compromissada das pessoas envolvidas em toda a gestão escolar.

Constatou-se também que, as escolas pesquisadas não têm condições físicas necessárias para serem chamadas de escolas. As mesmas são casas alugadas que foram adaptadas. É fundamental que as crianças tenham um espaço amplo, onde possam estudar brincar. Um espaço que propicie o desenvolvimento das mesmas em sua totalidade. Para os pais, a participação na escola é a mínima possível, sendo que os mesmos são chamados apenas para questões burocráticas, com isso percebe-se o quanto as escolas deixam a desejar quanto à participação da comunidade.

Tudo isso acaba acarretando desconfianças, desentendimentos tanto nas relações humanas, quanto no desenvolvimento e prática da proposta pedagógica estabelecida pela escola. Percebe-se, portanto, que há um jogo de interesse, visto a grande influência de vereadores dentro das escolas e das comunidades, buscando aliados em campanhas eleitorais. Esse fato nos leva a questionar a real situação educacional que vivemos hoje, pois essas escolas não estão organizadas de forma a exercer democracia e vivem as margens de interesses alheios e não da comunidade.

Ressalta-se que a presente pesquisa não pretendeu denunciar fatos quanto à escolha dos gestores das duas escolas pesquisadas, mas sim refletir se a indicação política, categoria usada por ambas, é a melhor forma de escolha dos gestores.

Para tanto, os resultados mostraram que a melhor forma de escolha dos gestores é as eleições livres e diretas, por garantir a participação da comunidade. Percebe-se, portanto, que a má escolha dos gestores dessas escolas, é reflexo de um sistema desorganizado, centralizador, que atua em prol de interesses próprios.

Diante disso, é necessário organizar o sistema de ensino municipal. O município precisa se apropriar das bases legais estabelecidas com a municipalização do ensino, para elaborar leis que garanta qualidade para o ensino local, e não o contrário. Precisa também elaborar propostas que proporcione a regularização da escolha dos gestores das escolas municipalizadas, pautadas em princípios democráticos como rege a Constituição Federal de 1988.

Neste pensar, as escolas não podem se furtar da necessidade de atuar, é preciso denunciar práticas que se opõem a proposta pedagógica das mesmas, já que se trata de um espaço eminentemente político-educativo, que tem como finalidade principal a emancipação dos seres humanos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, pelo qual ela se faz responsável.

Palavras-chaves: Gestão escolar; municipalização; políticas públicas.

REFERENCIAS

BOTH, Ivo José. **Municipalização da educação:** uma contribuição para um novo paradigma de gestão do ensino fundamental. Campinas, SP: Papirus, 1997.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96** – 24 de dez. 1996.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: Hucitec; Abrasco, 1993.